

1 **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS-**
2 **CTEG - 2018.**

3 Ao quinto dia do mês de julho de 2018, às 10h08min, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos
4 Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu início à 6ª Reunião, no
5 auditório da Câmara Municipal, na UFRRJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: **1- Leitura**
6 **e aprovação da ata da reunião anterior (07.06.2018); 2- A construção de Indicadores de**
7 **Governança da Água/Observatório da Governança da Água – OGA Brasil; 3- Análise e**
8 **discussão sobre ações de combate a incêndios florestais pelos municípios da RH-II ; 4-**
9 **Análise da lista de cursos aprovada pela CTCTE em 2014; 5- Assuntos Gerais.** 1- Franziska
10 Huber (Faeterj-Paracambi) perguntou se havia alguma ressalva na ata da reunião anterior
11 (07.06.2018). A ata foi aprovada. 2- Fatima Casarin (ONG) que iria conduzir o segundo item da
12 pauta não pode comparecer. 3- Daiana Gelelete (AGEVAP) apresentou o Plano Associativo de
13 Combate a Queimadas. Os objetivos que são operacionalizar a cooperação entre instituições,
14 melhorar o combate aos incêndios na região, articular a capacidade técnica, promover o
15 fortalecimento das instituições através da integração. Os fatores ambientais, antrópicos e uso de
16 cobertura e uso do solo analisados. Explicou como se dá o gráfico de áreas críticas pela
17 susceptibilidade e combustibilidade das áreas e a metodologia. Wladimir Loureiro (ADEFIMPA-
18 RJ) perguntou sobre a área verde do gráfico que é representada por Campo Grande e Santa
19 Cruz. Daiana Gelelete (AGEVAP) respondeu que a área verde corresponde a uso e cobertura
20 do solo. Áreas urbanizadas tem menos chances de queimada, como é o caso nos bairros de
21 Campo Grande e Santa Cruz, pertencentes ao Município do Rio de Janeiro. Daiana retomou a
22 apresentação explicando que são dados de 2012 utilizados para propor ações para combater as
23 queimadas na região da RH-II. Caroline Lopes (AGEVAP) complementou que na parte de áreas
24 de queimadas é enfatizado no plano que constam apenas as queimadas registradas. Então, se
25 houver uma falha grande no número de registros, provavelmente o mapa estará subestimando
26 a realidade. Jose Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) solicitou que a metodologia de registro primário
27 seja nivelada para os municípios, para todos aqueles que tem guarda e para aqueles que
28 recebem recursos do ICMS Verde. Daiana Gelelete (AGEVAP) retomou a apresentação exibindo
29 as áreas críticas, citando que a APA Guandu é a mais comprometida apesar de toda a RH II
30 estar vermelha, e áreas priorizadas. Daiana Gelelete (AGEVAP) deu as sugestões dos próximos
31 passos do Comitê Guandu-RJ, podendo ser demandas de responsabilidades da AGEVAP, como
32 cursos de brigadistas, aquisição de materiais ou edital de demandas espontâneas e abriu a
33 palavra para os membros. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) ressaltou que 5 municípios de 15
34 estiveram presentes na oficina “Ações de combate aos incêndios florestais nos municípios da

35 RH II” e que isso é problemático pois não há participação da maioria. Franziska Huber (Faeterj-
36 Paracambi) sugeriu um edital focado em ferramentas de combate a incêndios, lançado para os
37 municípios, para que eles possam se mobilizar e sugerir propostas de acordo com suas
38 necessidades. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) colocou a importância de estar previsto no
39 Edital a contrapartida dos municípios também. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) informou que
40 se não associar a proteção da paisagem com o binômio ‘recursos hídricos e áreas protegidas’,
41 o que determina a Unidade de Conservação, o Comitê Guandu-RJ perderá novamente verbas
42 da APA Guandu. Disse que sente a falta da presença de representantes da APA. Informou que
43 é dever cobrar o comprometimento com os municípios. Citou o exemplo do comprometimento
44 da defesa civil que dispõe atendimento 24h. Solicitou a simplificação do processo de aquisição,
45 contribuir institucionalidade com o INEA. Franziska Huber (Faeterj-Paracambi) sugeriu que seja
46 feita uma agenda de treinamentos, pois sempre há novidades no combate de incêndios, e ações
47 ligadas a treinamento de ações de combate em si e ações continuadas de prevenção de
48 incêndios. Caroline Lopes (AGEVAP) disse que administrativamente falando ainda há
49 necessidade de proposta dos municípios e a hierarquização delas dentro de Câmaras Técnicas
50 para haver critérios. Jose Arnaldo ressaltou a necessidade do efeito massa: plano de
51 comunicação, outdoors, educação ambiental. Carlos Eduardo Martins (Apedema-RJ) concordou
52 que essa questão é fundamental, pois é preciso trabalhar com a população. Hamilton dos Santos
53 (P.M.Japeri) informou que o MMA está discutindo a política nacional de prevenção à queimada
54 e que não está sendo divulgado, pois ele descobriu através de uma pesquisa para um projeto
55 de educação ambiental. Rafael Cardoso (Ternium) sugeriu que depois do treinamento, a própria
56 AGEVAP deve cobrar a execução da utilização dos equipamentos e treinamento oferecidos.
57 Franziska Huber (Faeterj-Paracambi) disse que o que pode ser feito é um relatório anual, mas a
58 fiscalização é difícil. Caroline Lopes (AGEVAP) complementou que o que pode ser feito conforme
59 a sugestão de Rafael é a articulação institucional, se reunir com os municípios para saber o que
60 foi feito até pela troca de experiências. Franziska Huber (Faeterj-Paracambi) informou que é
61 necessário observar quem está sendo atuante nos treinamentos e recebimento de
62 equipamentos, e se não houve assiduidade, retirá-los do programa. Rafael Cardoso (Ternium)
63 informou que as partes interessadas (INEA, Ministério Público e municípios) dentro deste
64 contexto tem que se juntar e se posicionar para propor a parceria. E elas tem capacidade de
65 questionar os municípios quanto ao combate a pequenas queimadas. Wladimir Loureiro
66 (Adefimpa-RJ) perguntou se o bombeiro é responsável pelos incêndios florestais. Jose Arnaldo
67 (P.M. Nova Iguaçu) informou que demonstrar e participar do Comitê de Bacia deu reflexo positivo
68 e até midiático. Wladimir Loureiro (Adefimpa-RJ) complementou sua fala anterior de que não se

69 pode ter pena de cobrar o corpo de bombeiros pois eles recebem uma verba grande e na capital
70 do rio de janeiro eles estão exercendo responsabilidades que não são deles. A brigada do
71 município tem que atuar na prevenção, na base, indo até o morador, na conscientização,
72 enquanto o corpo de bombeiros deve ser chamado documentalmente com protocolo, Termo de
73 Compromisso ou até com mudança da lei para que ele tenha responsabilidade sobre incêndios
74 de grande proporção. Rafael Cardoso (Ternium) respondeu que equipes preparadas para o
75 primeiro combate é de suma importância e é uma obrigação, já que às vezes o primeiro combate
76 com 100 homens evita o deslocamento de toda a corporação deixando outros lugares
77 descobertos. Franziska Huber (Faeterj-Paracambi) concluiu então que será feita uma reunião
78 com corpo de bombeiros, defesa civil, municípios, INEA e ICMBio para saber as atribuições de
79 cada um no combate a incêndios e se há recursos que possam ser investidos e em que tipo de
80 incêndio. Posteriormente, a elaboração de um plano de ações para realizar treinamentos
81 contínuos e o financiamento de quem precisar. Disse que é preciso fazer uma campanha de
82 marketing e outra de educação ambiental. Carlos sugeriu a criação de guardiões do guandu,
83 pessoas que moram na comunidade e que ajudem na sinalização do incêndio. José Arnaldo
84 (P.M. Nova Iguaçu) se disponibilizou a pleitear uma vaga na CTEG e entregou encaminhamentos
85 de possíveis nomes. 4- Franziska Huber (Faeterj-Paracambi) iniciou a apresentação dos cursos
86 de capacitação que tinham sido sugeridos, mas que foram suspensos por causa da crise e agora
87 retornaram, para saber se todos concordam e tentar realizar um curso de capacitação este ano
88 ainda. Rafael Cardoso (Ternium) defendeu a priorização para o que esteja mais voltado para a
89 conservação dos recursos hídricos. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) ressaltou a importância
90 do curso de capacitação para o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM. Colocou ainda
91 que o tema poderia ser mais amplo e não restringir somente ao SLAM. Rafael Cardoso (Ternium)
92 respondeu que não quer restringir nada e sim a hierarquizar para dar uma prioridade para o que
93 seja mais importante e depois a complementação. Franziska Huber (Faeterj-Paracambi) notou
94 que não há nenhum sobre queimada nem de infraestrutura verde. José Arnaldo (P.M. Nova
95 Iguaçu) enfatizou, na ideia de hierarquizar, que o sistema de licenciamento é o sistema de
96 controle que o Sistema tem, é preciso investir no analista e no sistema que foi descentralizado
97 para que ele entenda a importância de analisar o escopo dos recursos hídricos. Franziska Huber
98 (Faeterj-Paracambi) complementou a fala de Jose Arnaldo informando que o nome do curso será
99 mudado para “Responsabilidades do licenciamento ambiental e recursos hídricos”. Rafael
100 Cardoso (Ternium) concluiu que pode se criar um vínculo entre o Comitê Guandu-RJ e a FIRJAN
101 e estreitar a relação para saber no que a FIRJAN pode ajudar. Hamilton informou que o curso
102 de fiscalização ambiental é bem interessante, porque no município não existe uma formação de

103 fiscal ambiental como acontece no ICMBio, é só através da posse. O fiscal passa por diversas
104 situações como desarmar armadilhas de arma de fogo, como se comportar dentro da mata,
105 abordagem. **5-** José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) sugeriu que seja feito um observatório do índice
106 de ICMS Verde. Em 2016, num levantamento realizado por ele deram 42 milhões de ICMS Verde
107 para os municípios para a CBH do Guandu, 63% diretos de Unidades de Conservação. É preciso
108 que o Comitê faça esse acompanhamento desse novo decreto. De novo o INEA pontuou Rebio
109 Tinguá de forma errada por identificar mal, e se Nova Iguaçu perdeu o dinheiro, o Comitê também
110 perdeu. Disse que está verificando essa situação. Solicitou de que forma o comitê pode estar
111 olhando para o saneamento e fomentando a qualificação dessas ETes municipais. Informou que
112 é necessário acompanhar o ICMS Verde. **Segue lista de Encaminhamentos: 1- Realizar uma**
113 **reunião com corpo de bombeiros, defesa civil, municípios, INEA, ICMBio APA Guandu,**
114 **Comitê Guandu e Stakeholders da prefeitura. Objetivo de Estreitar relações e mobiliza-los**
115 **para que participem de reuniões e treinamentos sobre queimadas e para a construção de**
116 **um Plano de Ação de Emergência; 2- Realizar um curso de combate a queimadas para a**
117 **brigada municipal (incluindo aula prática). Esse curso será contínuo, realizado todo ano**
118 **na pré-temporada das queimadas; 3- Abrir um edital de chamamento, para que os**
119 **municípios listem suas demandas e a AGEVAP adquira o que for demandado para**
120 **entregar aos municípios; 4- Verificar no regimento se é permitido substituir um membro**
121 **que esteja no limite de falta para saber a possibilidade de que a P.M. Nova Iguaçu pleiteie**
122 **uma vaga na CTEG; 5- Mudar nome do curso de Sistema de Licenciamento Ambiental –**
123 **SLAM para Responsabilidades do Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos; 4-**
124 **Entrar em contato com a SEA/INEA - Universidade do Ambiente e com a FIRJAN para**
125 **verificar quais cursos eles tem e correlacionar com os nossos.** Franziska Huber encerrou
126 a reunião às 11h53min. Eu, Julia Medeiros, tomei a termo esta ata que segue assinada
127 por:

128 Franziska Huber (Faerterj-Paracambi): _____

129 Wladimir Loureiro (ADEFIMPA-RJ): _____

130 Rafael Cardoso (Ternium): _____

131 Carlos Eduardo Souza (APEDEMA-RJ): _____

132 Andreia Loureiro (P.M. Queimados): _____

133 Hamilton dos Santos (P.M. Japeri): _____

134 Monique de Oliveira (P.M. Itaguaí): _____

- 135
- 136 **Membros Presentes:**
- 137 Usuários: Rafael Cardoso (Ternium);
- 138 Sociedade Civil: Franziska Huber (Faerterj-Paracambi); Carlos Eduardo Souza
139 (APEDEMA-RJ); Wladimir Loureiro (ADEFIMPA-RJ).
- 140 Governo: Andreia Loureiro (P.M. Queimados); Hamilton dos Santos (P.M.Japeri);
141 Monique de Oliveira (P.M. Itaguaí).
- 142 **Membros Ausentes:**
- 143 Usuários: Camila de Souza (Light), Sabina Campagnani (Furnas); Amisterdan Ribeiro
144 (SIMARJ).
- 145 Sociedade Civil: Hendrik Mansur (TNC).
- 146 Governo: Ricardo Nogueira (ICMBio).
- 147 **Convidados:**
- 148 José Arnaldo dos Anjos de Oliveira (SEMADETUR); Paulo Garcia (SEMADES/Japeri).